

ga.
Nina



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 08/2024

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu, no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das atas n.º 05/2024 e n.º 07/2024, referente às reuniões plenárias de 11 de outubro e 8 de novembro, respetivamente;
2. Plano de Atividades e Orçamento da Universidade do Minho para 2025;
3. Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2025;
4. Criação de subunidade orgânica de investigação: Centro de Investigação em Gestão, Mercados e Sociedade/Center for Research In 'Business, Markets & Society da Escola de Economia e Gestão;
5. Alteração da designação da Escola de Economia e Gestão para Escola de Economia, Gestão e Ciência Política;
6. Acordo relativo à delimitação e vedação da zona norte do Campus de Azurém;
7. Guimarães Space Hub;
8. Calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2025;
9. Delegação de competências no Presidente do CGeral, nos termos do n.º 7 do artigo 29.º dos Estatutos da UMinho;
10. Informação sobre o processo de alteração dos Estatutos da Universidade do Minho;
11. Informações do Reitor da Universidade do Minho.

Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Alberto Martins, que presidiu a reunião, António Carlos Fernandes Rodrigues (manhã), António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Helena Mendes Pereira, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, Luís António Martins Santos (manhã), Luís Miguel de Lima Guedes, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Maria Elisabete da Silva Duarte Matos, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Nuno Miguel Dias Cerca, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Estiveram também presentes o Reitor, Rui Vieira de Castro, o Administrador da UMinho, Eduardo Ferreira, a Administradora dos SASUM, Alexandra Seixas, e a Diretora do Departamento Contabilístico e Financeiro, Dra. Marta Pedrosa, cujas

intervenções se enquadraram nos pontos da sua respetiva responsabilidade. Através do sistema de videoconferência, participaram as Conselheiras Ana João Gomes Rodrigues, Margarida Isaiás Ferreira dos Santos (parte da manhã) e Patrícia Espinheira Sá Maciel (parte da manhã). Justificaram a ausência os/as Conselheiros/as João Ricardo Silva Sá Paiva Maré, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares e Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo I).

Antes de prosseguir os trabalhos, o Presidente agradeceu a solidariedade e o acompanhamento dos membros do Conselho no início das suas funções como Presidente do Conselho Geral, dirigindo um agradecimento particular ao Vice-Presidente Engenheiro António Carlos Rodrigues. Estendeu este agradecimento ao Reitor e ao Administrador da Universidade do Minho pela excecional colaboração, também, no exercício das suas funções.

No ponto antes da ordem do dia, o Presidente questionou os membros do Conselho quanto às intenções de serem abordadas questões não contempladas na ordem de trabalhos. O Conselheiro Miguel Martins elencou alguns pontos para os quais gostaria de obter informações por parte do Reitor, nomeadamente sobre:

- Segurança na zona envolvente do *campus* de Gualtar da Universidade do Minho;
- Estacionamento na Universidade do Minho;
- Funcionamento do Serviço de Documentação e Bibliotecas da Universidade do Minho e redução do horário da Biblioteca Geral da UMinho.

Estando previsto um ponto sobre "Informações do Reitor da Universidade do Minho" na ordem de trabalhos, o Presidente sugeriu que as questões colocadas pelo Conselheiro Miguel Martins fossem esclarecidas neste. Sem qualquer objecção, os trabalhos prosseguiram com o cumprimento da agenda definida.

1. Aprovação das atas n.º 05/2024 e n.º 07/2024, referentes às reuniões plenárias de 11 de outubro e 8 de novembro, respetivamente

As atas n.º 05/2024 e n.º 07/2024, referentes às reuniões plenárias de 11 de outubro e 8 de novembro, respetivamente, foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas, por unanimidade.

2. Plano de Atividades e Orçamento da Universidade do Minho para 2025

Antes de avançar com a apresentação das propostas do Plano de Atividades e do Orçamento da Universidade do Minho para 2025, o Reitor agradeceu ao Presidente a disponibilidade por ter assumido tais funções, num momento tão importante para a Universidade, e desejou as maiores felicidades no exercício das mesmas.

Tratando-se de documentos bastante extensos, já distribuídos previamente por todos os membros do Conselho, o Reitor apresentou alguns dados sobre os mesmos de forma tópica e exemplificativa. Relembrou que o referencial para a elaboração do presente plano de atividades assenta no plano de ação para o quadriénio 2021-2025, tendo apresentado os objetivos programáticos, as iniciativas de operacionalização de tais objetivos e os indicadores de progresso. Sinalizou a dinâmica inerente às atividades constantes nos documentos em análise, fortemente relacionada com as alterações verificadas nos contextos internos e externos da Universidade, como justificativa para a introdução, a transformação ou o abandono de iniciativas inicialmente previstas.

Com esta salvaguarda, identificou as orientações estratégicas que procuram atender às dimensões fundamentais da Universidade, no que à Educação, Investigação, Interação com a Sociedade e Internacionalização dizem respeito. Destacou também as dimensões associadas à organização e funcionamento da UMinho, onde se incluiu a reforma institucional com particular expressão na revisão estatutária. São elas:

- 1. Provisão de uma educação superior transformadora*
- 2. Consolidação da investigação científica, de excelência e com impacto*
- 3. Promoção do desenvolvimento cultural e social económico*
- 4. Reforço da internacionalização*
- 5. Aumento da qualidade institucional e simplificação*
- 6. Melhoria da qualidade de vida nos campi*
- 7. Garantia da sustentabilidade financeira*
- 8. Reforma institucional.*

Decorrentes das orientações acima, o Reitor identificou as agendas institucionais que têm orientado as atividades da UMinho, a saber:

- 1. Transformação da Educação*
- 2. Qualidade da Investigação e Inovação*
- 3. Promoção da Cultura e Desenvolvimento do Território*
- 4. Reforço da Internacionalização*
- 5. Qualidade Institucional e Simplificação Administrativa*
- 6. Qualidade de Vida nos campi e Bem-Estar*
- 7. Estabilidades e Autonomia Financeiras*
- 8. Reforma institucional.*

Tratando-se de um documento sensível às transformações internas e contextuais, o Reitor, tal como havia referido, sinalizou as iniciativas inicialmente previstas, mas que serão suspensas ou abandonadas. A desistência do projeto de construção do edifício *UMinho Clinical Digital Center*, devido à ausência de um quadro financeiro exequível, é a atividade que ganha maior expressão. Acrescentou, a par desta, outras iniciativas foram suspensas ou abandonadas, como por exemplo: o programa *Mentorias para UpsKilling e Reskilling*, no âmbito da Agenda para a Promoção da Cultura e o Desenvolvimento do Território; a reconfiguração das iniciativas relativas à Agenda para a Qualidade da Investigação e da Inovação.

Quanto às atividades propostas para 2025, no domínio da *Transformação da Educação*, destacou as iniciativas mais emblemáticas:

- o *combate ao insucesso e abandono escolar* (sou.uminho.pt);
- a *inovação pedagógica*, apostando na definição de uma estratégia, em articulação com outras instituições de ensino superior, para tornar estas temáticas mais presentes no quadro da agenda do ensino superior em Portugal. Alargada ao contexto internacional, referiu a realização de várias iniciativas no quadro da aliança de universidades *ARQUS*, da qual a UMinho é participante;
- a *requalificação dos espaços pedagógicos da UMinho*, continuando a intensificar o equipamento das salas com dispositivos de apoio às atividades dos docentes e dos estudantes;
- a criação de um *Student Hub*, nos *campi* de Gualtar e Azurém, que se assumirá como uma espécie de *front office* para facilitar o contacto dos estudantes com toda a estrutura da UMinho;
- a *reconfiguração da oferta educativa*, com a disponibilização de um portefólio de cursos não conferentes de grau.

No domínio da agenda da *Qualidade da Investigação e da Inovação*, destacou como principais iniciativas:

- o reforço do corpo de investigadores, que será praticamente duplicado, devido à contratação no âmbito do programa *FCT – Tenure*. Esta medida além de fomentar a atividade da UMinho nas áreas da investigação e da inovação, permitirá, também, continuar o processo de rejuvenescimento do corpo docente.
- a divulgação de informação sobre a investigação e a inovação realizada na UMinho, através de dois novos portais: i) o Portal *PortAberta*, orientado para a divulgação, interna e externa, da qualidade, da diversidade e da intensidade da investigação realizada na UMinho; ii) e o *Portal de Inovação* orientado para os parceiros que colaboram com a UMinho em projetos de inovação, onde será disponibilizada informação sobre o portefólio de atividades realizadas neste domínio, as patentes disponíveis, entre outras.
- a consolidação do projeto de construção do polo *MarUMinho*, localizado na antiga estação rádio naval da Apúlia.

Passando para a agenda da *Promoção da Cultura e Desenvolvimento do Território*, realçou as seguintes iniciativas:

- a requalificação do Museu Nogueira da Silva, que apresenta várias debilidades, desde logo na cobertura do edifício aos espaços interiores, e a construção, nos prédios contíguos, de uma infraestrutura que permita o depósito de obras de arte;
- a requalificação da Galeria do Paço, tornando-a capaz de acolher exposições de excelência, quer nacionais, quer internacionais;
- o desenvolvimento de projetos de valorização do património cultural edificado e imaterial da região, tendo partilhado como exemplos a intervenção da UMinho na recuperação do Convento de São Francisco e na

recuperação de património romano, na zona das Carvalheiras, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Braga.

Sobre a agenda do *Reforço da Internacionalização*, sublinhou que a concretização da estratégia de internacionalização foi radicalmente alterada pela integração da UMinho na Aliança Europeia ARQUS. Esta criou um novo e enriquecido contexto de mobilidade e parcerias internacionais, pela qualidade das instituições que dela fazem parte. Porém, relevou que a estratégia de internacionalização não se esgota na pertença a esta aliança e, portanto, mencionou que tem sido feito um esforço intenso de explorar novos instrumentos potenciadores da mobilidade internacional, não só de docentes e de investigadores, mas também de pessoal técnico, administrativo e de gestão.

Quanto à agenda da *Qualidade Institucional e Simplificação Administrativa*, frisou que as principais medidas ganham expressão na:

- abertura regular de concursos de mobilidade intercarreiras e intercategorias para os trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão;
- melhoria dos processos administrativos das unidades de serviços centrais (USFP, USRH e USGA), destacando-se o investimento significativo aplicado à conceção e aplicação de novas plataformas e ferramentas informáticas de gestão financeira, de gestão de recursos humanos e de apoio à contratação pública, tornando a atividade administrativa mais fluida.

No que à agenda da *Qualidade de Vida nos Campi e Bem-Estar* diz respeito, sublinhou duas iniciativas:

- a construção de duas novas residências universitárias, em Braga e em Guimarães, prevendo-se a sua conclusão em junho de 2026;
- o investimento (cerca de 6 milhões de euros) em ações de conservação e reabilitação do edificado e dos espaços exteriores da Universidade, dando como exemplos as obras de remodelação do pavilhão 6 em Guimarães e as intervenções nos edifícios 1 e 2 no *campus* de Gualtar e nos restaurantes e cantinas.

Sobre a agenda da *Sustentabilidade Financeira* evidenciou a importância de se atender à saúde financeira da Universidade para concretizar a sua missão. Relevou a iniciativa do atual Governo em manter o modelo de financiamento do ensino superior, retificando uma situação de discriminação negativa de que a UMinho foi objeto durante cerca de uma década.

Relativamente à *Reforma Institucional*, salientou a elaboração do Plano Estratégico a médio prazo e a celebração de contratos-programa entre a Universidade e as Unidades Orgânicas (UO).

Por fim, partilhou duas notas conclusivas: *i)* identificou o projeto Barómetro como uma importante ferramenta de monitorização da execução do plano de ação da Universidade do Minho, onde são semestralmente registados os indicadores de progresso das várias iniciativas nele contempladas; *ii)* merecendo a apreciação favorável, por unanimidade, do Senado Académico da Universidade do Minho, manifestou o seu agrado e confiança quanto à proposta de plano de atividades colocada, na presente sessão plenária, à consideração dos membros do Conselho.

Seguiu-se a intervenção do Administrador, Eduardo Ferreira, que apresentou a proposta de orçamento da UMinho para 2025, tendo sinalizado dados detalhados, sobre: *i)* os valores da receita, nomeadamente quanto às rubricas *dotação do orçamento do Estado (88 648 464€), propinas e taxas (25 435 835€), projetos de I&D (86 197 512€), vendas e prestações de serviços (5 177 212€)* e *outras receitas (3 219 358€)*; *ii)* e os valores da despesa, designadamente quanto às *despesas com pessoal (130 419 997€), bolseiros (13 835 312€), aquisições de bens e serviços (40 469 414€), aquisições de bens de capital (16 936 231€), gastos gerais, empreitadas e outras transferências (7 089 427€)*. Considerando estes indicadores, esclareceu as razões que justificam as variações dos seus valores, comparando os anos de 2024 para 2025.

Em termos gerais, informou que o orçamento atribuído à Fundação Universidade do Minho foi de 92 639 793€, do qual é retirado o financiamento para os Serviços de Ação Social (SASUM). Sobre este, esclareceu que foi decidido triplicar a verba atribuída aos SASUM, relativamente ao ano de 2024 e, portanto, é proposta a atribuição de 750 000€. Referiu, também, que em termos previsionais espera-se, em 2025, um resultado líquido de 1 788 000€. A este propósito, aferiu que a evolução do património líquido da UMinho tem crescido favoravelmente: dos 126M€ para 147M€.

Seguidamente, apresentou informação sobre o cronograma e os pressupostos gerais da preparação do orçamento, bem como a proposta de distribuição do orçamento pelas várias unidades orgânicas, comparando os saldos orçamentais de 2024 e de 2025.

Por fim, apresentou a proposta do mapa de pessoal para 2025, onde globalmente se verifica um aumento de 138 trabalhadores, comparativamente com o ano anterior. O maior aumento de pessoal é verificado na categoria de docentes universitárias (40), nos investigadores (84) e nos técnicos superiores (51). Por sua vez, os números de assistentes técnicos (19) e técnicos de ciência e tecnologia (10) terão uma redução.

Concluiu a sua apresentação fazendo referência ao parecer do fiscal único. Sinalizou que este chama a atenção para o montante final, pagas todas as despesas, visto que o valor não é muito elevado face às necessidades da UMinho. Porém, garantiu que a UMinho tem conseguido cumprir os seus objetivos e solidificar os seus saldos de gerência.

O Reitor solicitou a palavra para partilhar algumas notas complementares sobre a proposta de orçamento, designadamente:

- tratando-se de um documento previsional, alertou que é suscetível de sofrer variações ao longo da sua execução;
- garantiu que estão reunidas as condições para um efetivo funcionamento de todas as unidades orgânicas, nos moldes em que as próprias o previram e nas contribuições que deram para a elaboração da proposta de orçamento da UMinho;
- estando num processo contínuo de aprendizagem, referiu que a metodologia interna de preparação do orçamento sofreu ligeiras alterações, de forma a assegurar o tempo necessário para um debate interno, nas e com as unidades orgânicas. Além disso, informou que foram realizadas várias reuniões entre as UO e o Administrador, permitindo garantir uma clara compreensão do que estava em causa e das razões para o não acolhimento de determinadas propostas.
- alertou que a proposta global do orçamento depende, em larga medida, do reconhecimento de despesa por parte das entidades financiadoras externas de projetos. Sobre esta matéria, informou que está prevista uma redução de cerca de 22 M€, a qual se destinava à execução de projetos financiados pela FCT.

Aberto o espaço para debate, a Conselheira Helena Pereira, após realizar uma breve contextualização da situação existente na cidade quanto a espaços destinados a exposições, questionou o Reitor sobre o papel da Universidade do Minho na criação e disponibilização de espaços para este fim. Além disso, sabendo que a UMinho integra equipas de projetos, ainda que coordenados pela Câmara Municipal de Braga, na área de arqueologia, interrogou se estão previstas ações de musealização do património Romano da cidade e qual é o papel da UMinho neste processo.

O Conselheiro Nuno Cerca enalteceu o esforço da Reitoria em aumentar o número de vagas para a contratação de investigadores. Porém, questionou se o valor para novas contratações indicado no plano de atividades (50) trata-se de um lapso, uma vez que este valor já foi ultrapassado. Quanto ao orçamento, solicitou esclarecimentos adicionais sobre a verba atribuída para execução dos projetos FCT. Com um corte previsto de 22M€, importará informar os Diretores dos Centros de Investigação e os Investigadores Responsáveis dos projetos sobre as repercussões deste corte nos respetivos orçamentos.

A Conselheira Cláudia Pascoal focou a sua intervenção em duas questões: i) quais os planos previstos para o edifício do Castelo, que pela sua localização e emblemática própria, se encontra num penoso estado de degradação; ii) qual o ponto de situação da modernização das plataformas informáticas ligadas à gestão financeira, contratação pública e gestão de recursos humanos, considerando que estava previsto um investimento superior a 1M€?.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Tiago Miranda que manifestou manter algumas reservas quanto ao modelo de distribuição das verbas do Orçamento do Estado pelas UO. Tendo sido um ponto bastante debatido

na última sessão plenária deste Conselho e reconhecendo que se trata de uma opção da Reitoria, não insistirá no debate sobre esta matéria. Porém, atendendo que analisam e debatem valores previsionais, considerou ser importante que, juntamente com o orçamento, fosse disponibilizada informação sobre a efetiva execução financeira de cada UO, permitindo ao Conselho conhecer a forma como se comportam do ponto de vista orçamental. Quanto ao plano de atividades, teceu vários comentários. Tratando-se do último ano de exercício do mandato desta equipa reitoral, considerou que o plano de atividades deveria ser mais completo e ambicioso e contemplar um ponto de situação com uma análise das atividades previstas para o quadriénio e, efetivamente, concretizadas. A este propósito, referiu que consultou o *Barómetro* para perceber o nível de execução das várias iniciativas previstas e constatou que, na sua última atualização, em junho de 2024, a taxa de execução rondava os 60%. Ademais, verificou o atraso nas oito agendas de ação previstas, sendo este mais significativo em duas delas. Neste seguimento, questionou sobre a exequibilidade do plano de atividades apresentado e, caso não seja possível concretizar na sua totalidade, qual a estratégia que a Reitoria assumirá: adiar ações ou cancelar a sua execução, questionou. Focando uma medida muito particular, fez referência à obrigatoriedade estatutária de apresentação do plano estratégico de médio prazo e solicitou esclarecimentos adicionais quanto à elaboração deste, uma vez que constatou que esta iniciativa não está considerada no *Barómetro*. Apesar de referido no Plano de Atividades para 2025, o objetivo principal do plano estratégico de médio prazo limita-se ao “reforço dos níveis de autonomia e responsabilidade das unidades orgânicas”, cujas intenções parecem circunscreverem-se a uma reforma organizativa interna. Reforçou que importará assumir uma posição estratégica mais ambiciosa e que enalteça o posicionamento da UMinho face às dimensões da internacionalização, da investigação e do ensino. Por último, fez menção ao plano estratégico de médio prazo da Escola de Engenharia, apresentado no final do ano de 2023, e questionou se a UMinho procurará incorporar os contributos deste no plano estratégico de médio prazo da UMinho.

Registou-se, de seguida a intervenção do Conselheiro Miguel Martins, muito focada na falta de condições das infraestruturas da UMinho, designadamente a baixa temperatura e as infiltrações. Lamentou o facto de a proposta de orçamento não apresentar uma resposta capaz de solucionar este e outros problemas. Apesar dos saldos de gerência da UMinho registarem uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, sublinhou que as práticas de uma boa gestão orçamental não se podem limitar ao aumento destes. Neste seguimento, identificou várias ações às quais importará dar mais atenção para garantir uma boa gestão: criar infraestruturas que garantam o bem-estar e boas condições de trabalho; criar condições para a investigação, o aprofundamento do conhecimento e o desenvolvimento da ciência; evitar com contratos precários e de prestações de serviços (recibos-verdes); possibilitar o financiamento adequado aos serviços internos da UMinho e aos SASUM. Quanto à verba rejeitada pela FCT, opinou que a UMinho, assim como as instituições de ensino superior no geral, devem assumir uma postura mais proativa, exigindo à Tutela a valorização do Ensino Superior. Concluiu, apelando à reflexão sobre os impactos do aumento dos saldos de gerência na Universidade e quais as implicações para a comunidade académica.

Foi conferida a palavra à Conselheira Joana Arantes Silva que começou por expressar a sua preocupação relativamente ao cumprimento de um conjunto de iniciativas que estavam previstas no plano de ação de 2021-2025, mas que ainda não foram concretizadas. Deu os seguintes exemplos: a criação do *Student Hub*, nos campi de Azurém e Gualtar, previsto para 2023; o lançamento do portal de investigação para a ciência aberta – *PortAberta*, previsto para 2022/2023; o projeto de construção e instalação do *MarUMinho*, previsto para 2022 e 2023; a construção das residências universitárias. Além destas iniciativas, sinalizou uma panóplia de outras necessidades relacionadas com os acessos e as condições das infraestruturas para pessoas com necessidades especiais como a falta de rampas, corrimões, portas automáticas, casas de banho inclusivas, entre outras. No que ao orçamento diz respeito, partilhou que apesar do mapa de pessoal prever uma redução dos trabalhadores no topo da carreira e, conseqüentemente, uma redução da despesa com pessoal, pela entrada de novos trabalhadores para as bases salariais, solicitou esclarecimentos adicionais quanto à manutenção dos rácios de professores auxiliares, associados e catedráticos e de investigadores nas categorias correspondentes. Por fim, reiterou uma preocupação manifestada no parecer da Comissão de Trabalhadores, distribuído por toda a comunidade académica, sobre a proposta de orçamento da UMinho para 2025, relacionada com a não previsão de pagamento de indemnizações por cessação de contratos em 2025, sendo que 2024 havia sido orçamentada uma verba com esta finalidade.

O Conselheiro Tiago Silva, constatando que a execução de receita ficou acima da execução de despesa, em 2022 e 2023, solicitou esclarecimentos adicionais sobre as razões que justificam esta angariação de verba e controlo de despesa. Além disso, relativamente à distribuição da verba do Orçamento do Estado pelas várias unidades orçamentais da UMinho, questionou qual a lógica subjacente à distribuição desta verba pela Unidade de Governo e Administração (UGA), sabendo-se que o modelo aplicado pela Tutela na distribuição da verba do Orçamento do Estado pelas Instituições de Ensino Superior, assenta em critérios como por exemplo o número de estudantes, tipologia de estudantes, áreas e níveis de ensino. Quanto ao plano de atividades, partilhou algumas observações/questões: *i)* a simplificação dos processos administrativos, quer para a contratação de recursos humanos, quer para a aquisição de bens e serviços, necessita de medidas práticas que não se limitem à criação ou revisão de manuais de procedimentos; *ii)* considerando o plano de ação para o mandato de 2021/2025, salientou a referência ao desenvolvimento de estímulos para a captação de projetos de grande dimensão e questionou qual o ponto de situação a este nível; *iii)* congratulando-se pela aposta na contratação de investigadores, quer por tempo indeterminado, quer a termo certo, partilhou algumas preocupações, nomeadamente quanto à durabilidade máxima dos contratos e o tempo de execução dos projetos e quanto às regras de financiamento de projetos que valorizam a criação de novos contratos e a efetiva capacidade de recrutamento de novos investigadores.

De seguida, registou-se a intervenção do Conselheiro Luís Santos. Opinou que a proposta de orçamento da UMinho para 2025 foi elaborada sobre o lapso identificado na proposta de orçamento de 2024, no que à

distribuição de verbas do Orçamento do Estado diz respeito. Sendo um tema já bastante discutido em sede de plenário, sublinhou que se trata de uma opção política com a qual não concorda. Por fim, solicitou esclarecimentos adicionais sobre as vantagens inerentes à centralização de compras, ou seja, foi verificada a redução de despesa?; sentiram-se melhorias em termos de eficiência?. Quanto ao plano de atividades, fez referência à falta de instrumentos que permitam avaliar o verdadeiro impacto das várias iniciativas como, por exemplo, o *Verão no Campus* e os dias de *Portas Abertas*. Neste seguimento, reforçou que será importante perceber quais as iniciativas que melhor respondem aos objetivos da UMinho, em vez de as multiplicar, estudar os seus impactos e, se necessário, melhorá-las. Mencionou ainda o uso excessivo da língua inglesa para designar atividades e iniciativas da UMinho. No que às atividades culturais diz respeito, revelou alguma surpresa por, em final de mandato, ainda estar elencada uma iniciativa que se prende com a identificação de entidades com as quais a UMinho poderá colaborar. Relativamente à iniciativa sobre o fomento do uso de espaços dos *Campi* para eventos científicos e culturais, salientou que mais do que a *implementação de uma estratégia de comunicação e promoção da divulgação* urge apostar no melhoramento da qualidade das instalações e na simplificação do processo de utilização de tais espaços, atualmente bastante burocrático. Por fim, relativamente à qualidade institucional e simplificação administrativa, transmitiu a sua preocupação face à criação de plataformas que acabam por pressionar as pessoas a trabalharem de forma mais acelerada e com bastantes etapas a cumprir. Concluiu, lamentando o facto de não ter sido apresentado o plano estratégico a médio prazo da Universidade ao longo do mandato.

Conferida a palavra ao Conselheiro Luís Guedes, evidenciou a redução do montante referente às propinas, taxas e emolumentos, salientando, contudo, que esta devia ser justificada pela diminuição dos montantes a pagar e não pela redução dos estudantes da UMinho. Quanto aos projetos financiados pelo PRR, congratulou a capacidade da UMinho na captação de financiamento, chamando, porém, a atenção que será necessário definir estratégias para garantir a continuidade destes projetos após o término do seu financiamento externo. Quanto à requalificação das infraestruturas, além das medidas já mencionadas (melhoria das coberturas e impermeabilizações, aquisição de equipamentos informáticos e *softwares*, duas novas residências universitárias), identificou a urgência de intervenção nas residências universitárias, nas cantinas e nos complexos desportivos. Por fim, apelou à colaboração da Reitoria quando se trata da reserva e utilização de espaços para a atividade associativa, manifestando a sua preocupação com a cobrança de verba às estruturas associativas de estudantes sem fins lucrativos. Queremos uma academia ativa, irrequieta e fervorosa, concluiu.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Victor Soares, que sinalizou vários aspetos:

- tendo conhecimento que está em análise a possibilidade de isenção, total ou parcial, do pagamento de propinas por parte dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão que pretendem continuar a sua formação académica, ao nível do segundo e terceiro ciclos, questionou para quando está prevista a aplicação desta medida;

- considerando as alterações verificadas nas carreiras de técnicos informáticos e técnicos superiores, questionou quando será feita a atualização das tabelas remuneratórias dos trabalhadores que integram estas carreiras, resolvendo a situação de alguns trabalhadores que estão a auferir uma remuneração abaixo daquela que corresponde à posição de entrada nas respetivas carreiras;
- no domínio da celebração de protocolos, salientou a importância de se revitalizar o contributo da Reitoria relativamente à Associação de Funcionários da UMinho, para que possa promover ativamente um conjunto de iniciativas a nível cultural, artístico e lúdico e fomentar a aproximação dos trabalhadores da UMinho, sejam docentes, investigadores ou trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão;
- no âmbito dos processos *PREVPAP* - *programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública*, questionou sobre a posição da UMinho relativamente à data considerada para efeitos de início de funções. Referiu que há casos onde se verifica uma disparidade entre a data de início de funções definida judicialmente e a efetivamente aplicada. Apelou ao fim da litigiosidade e da conflitualidade;
- referindo-se à mobilidade dos trabalhadores entre as cidades de Braga e Guimarães, apelou que a Reitoria atendesse a esta problemática de forma mais empenhada, pois tem-se verificado a tendência de reduzir o apoio a este nível, até então assegurado pela Associação Académica da UMinho.

Focando-se na proposta de Orçamento para 2025, sublinhou que a fórmula aplicada na distribuição da verba do Orçamento do Estado, assenta em pressupostos errados que resultam do orçamento de 2024. Este exercício traduziu-se numa forte disparidade entre algumas unidades orçamentais, destacando a redução de 19% da verba do Orçamento de Estado destinada ao Instituto de Educação e o aumento de 90% da mesma verba para a Escola de Medicina, por exemplo. Apesar de ter sido identificada como “opção política” da Reitoria e ter reunido o parecer favorável, por unanimidade, do Senado Académico, salientou que compete ao Conselho Geral a decisão última, reforçando que o mesmo lapso poderá ser replicado até 2027 se não for retificado.

Concluiu a sua intervenção fazendo referência a uma entrevista dada pelo Professor Sampaio da Nóvoa, onde salientou a urgência de se incutir nas Instituições de Ensino Superior o impulso à participação e à cidadania, contrariando um certo adormecimento que parece pairar nas universidades. Complementou fazendo referência à conferência do Professor Almerindo Janela Afonso, por ocasião da celebração do aniversário do Instituto de Educação, onde salientou a urgência de se contrariar a solidão que se vive na UMinho. Apelou, assim, que fossem criados espaços e oportunidades de convívio e que a centralidade das estratégias de gestão fossem, efetivamente, as pessoas.

Registou-se uma última inscrição no debate do Conselheiro António Onofre. Este colocou três questões essenciais: *i)* que ilações podem ser retiradas do processo de descentralização da gestão do orçamento pelas várias unidades orçamentais; *ii)* existem mecanismos que permitam às UO identificar a eficiência dos procedimentos adotados na gestão dos seus orçamentos e, por conseguinte, identificar possíveis ajustes que

possam impulsionar melhorias na sua gestão orçamental; *iii*) o programa *FCT-Tenure* resolveu 20% de um problema nacional, relacionado com a contratação de investigadores e, portanto, crê que as universidades voltarão a ser chamadas para participar mais ativamente neste processo de contratação de investigadores. Seguindo este pressuposto, questionou o Administrador quanto à margem de manobra que a UMinho tem para intervir neste processo de recrutamento de investigadores, tendo em consideração, também, o número de aposentações previsto para 2025.

O Administrador tomou a palavra e respondeu a várias questões colocadas, designadamente:

- Informação sobre a execução orçamental das UO:

- ✓ esclareceu que, mensalmente, as UO recebem dados sobre a sua execução orçamental. Desta forma, vão controlando o seu orçamento, sabendo-se que podem existir diferenças entre o orçamento inicial e a execução orçamental. Acrescentou que a execução orçamental será uma matéria que constará do relatório de contas de 2025.

- Existência de saldos de gerência:

- ✓ referiu que os saldos de gerência não se limitam à mera demonstração da existência de recursos financeiros nos bancos. Estes assumem uma elevada importância para fazer face aos desafios de 2025, permitir a continuidade da execução de projetos, como por exemplo, aqueles que são financiados pela FCT e reforçar a sustentabilidade financeira da UMinho para os próximos anos.

- Melhoria das infraestruturas:

- ✓ explicou que a UMinho, em termos de gestão global do orçamento, prioriza o pagamento dos salários e das bolsas e garante o pagamento dos gastos gerais. Feitos estes pagamentos, o montante remanescente é alocado a outras dimensões, como as infraestruturas. Sobre este ponto, ressaltou que têm sido realizadas muitas reparações de melhoria dos *campi*, quer ao nível da segurança e iluminação, quer ao nível das cantinas e residências. A intervenção no edifício do Castelo está também prevista. Sublinhou que o financiamento atribuído para melhoria das residências não é suficiente, tendo a UMinho de suportar, com receitas próprias, um montante acima de um milhão de euros. Garantiu que a Universidade está atenta este ponto e tem feito tudo o que lhe é possível.

- Distribuição interna do Orçamento do Estado por Unidades Orgânicas:

- ✓ sendo um assunto já amplamente discutido, reiterou que a aplicação da fórmula de distribuição interna do Orçamento de Estado, com base nos alunos médios ponderados, foi aplicada conscientemente, a todas as unidades orgânicas, por ser considerado o modelo que mais se adequava à realidade da UMinho. Reconheceu que há, de facto, UO que viram o seu orçamento



aumentado e outras reduzido, mas recordou que se trata de um orçamento previsional, muito dependente de movimentos de tesouraria. O facto de possuir um orçamento deficitário, não significa que a UO não é viável em termos económicos, acentuou.

- Despesas com pessoal e caducidades:

- ✓ informou que as caducidades de contratos ocorridas durante o ano de 2024 traduzem um montante acima de um milhão de euros. Quanto ao ano de 2025, elucidou que poder-se-á verificar a orçamentação de um montante de cerca de 200 mil euros associada à caducidade dos contratos de docentes. Esclareceu, também, que apesar das UO terem previsto o montante necessário para suportar os vencimentos dos investigadores no âmbito do programa *FCT-Tenure*, este acabou por não ser considerado, porque foi entendimento que estes investigadores já integram o mapa de pagamentos da Universidade, evitando, assim, a duplicação dos valores. Além disso, com a orçamentação de despesa de recursos humanos a 14 meses, haverá a libertação de verba para outras despesas.

- Orçamento da Unidade de Governo e Administração (UGA):

- ✓ recordou que, inicialmente, estava previsto que os custos dos serviços centrais fossem distribuídos pelas UO mediante a definição de critérios específicos. As UO entenderam não ser o modelo mais adequado e chegou-se à conclusão que deveria ter uma gestão isolada. Esta razão justifica a alocação de verbas do Orçamento de Estado à UGA, sendo o excedente distribuído pelas UO. Acrescentou que há a preocupação da UGA não aumentar a sua despesa de um ano para o outro, tendo inclusivamente sido aplicado um corte substancial nos recursos humanos necessários.

- Simplificação dos procedimentos administrativos:

- ✓ manifestou a sua discordância quanto à complexificação dos processos administrativos e recorreu ao exemplo dos processos de contratação de investigadores e docentes. Identificou, também, a simplificação dos processos de contratação pública. A este propósito, referiu que está a ser desenvolvido um sistema informático, a partir do qual as UO poderão identificar as suas necessidades e todo o processo será tratado pelo serviço de contratação pública. Paralelamente ao desenvolvimento do sistema informático, investir-se-á na formação dos técnicos e juristas que trabalham na área da contratação pública.

- Centralização de compras e das poupanças:

- ✓ esclareceu que não estão quantificadas as poupanças associadas ao procedimento de centralização de compras, uma vez que se está a iniciar este processo. É a primeira vez que

está previsto um orçamento de compras para 2025. Este permitirá evitar o fracionamento da despesa, sublinhou.

- Reserva de espaços:

- ✓ relembrou a existência de um regulamento sobre a reserva de espaços que prevê três tipologias de reserva: *i/* as que são solicitadas internamente pelas UO; *ii/* as que são feitas por entidades do universo UMinho com financiamento associado (patrocínios, cobrança de inscrições); *iii/* o aluguer de espaços a entidades externas. Clarificou que os montantes cobrados variam consoante estas tipologias e existe a possibilidade de isenção do pagamento do espaço, analisando caso a caso, mas reforçou que não é possível isentar as despesas adicionais associadas à realização dos eventos, como por exemplo, despesas de segurança, limpeza e energia.

- Ajustes aos orçamentos das UO:

- ✓ explicou que a Unidade de Serviço Financeiros e Patrimoniais, em articulação com as Unidades de Serviços de Recursos Humanos e de Contratação Pública, elabora mapas em Excel que são disponibilizados às UO de forma a simplificar a sua tarefa de elaboração das propostas de orçamento. Acrescentou que é também partilhada informação sobre a sua execução orçamental. Verificando-se a necessidade de serem efetuados ajustamentos ao orçamento inicial, estes vão ocorrendo ao longo da execução do orçamento, através de um pedido de atribuição de orçamento adicional ao Conselho de Gestão.

Em suma, concluiu que têm sido adotadas várias estratégias para que a UMinho possa encarar o ano de 2025 com grande confiança. É também notória a preocupação das UO para atingirem um maior equilíbrio orçamental, procurando, por sua vez, a redução de despesa. É também uma preocupação crescente da UMinho procurar a obtenção de receitas próprias, concretizar o pagamento do maior número de faturas de 2024 no próprio ano civil e, consequentemente, a migração de cada vez menos despesa para o ano de 2025.

Seguiu-se a intervenção do Reitor. Esclareceu questões essencialmente relacionadas com o Plano de Atividades, dado que as questões do Orçamento já haviam sido praticamente respondidas.

- estratégia da UMinho relativamente à sua intervenção no campo cultural:

- ✓ contextualizou que a UMinho, ao longo dos tempos, tem variado a sua ação na cena cultural regional: desde momentos em que assumiu uma atividade cultural muito significativa a momentos em que precisou de repensar a sua posição, muito relacionada com o aparecimento de outras entidades culturais. Partilhou que, do seu ponto de vista, a UMinho continua a assumir uma posição muito relevante em determinadas áreas, como por exemplo, a preservação do seu património histórico. A este propósito, recorreu ao exemplo do Convento de São Francisco que

Gu.
Núria

vai assumir a localização do Polo Arqueológico da UMinho. Além disso, identificou os equipamentos dos quais a UMinho está dotada - Galerias e Museus – e aproveitou a oportunidade para reconhecer o trabalho que tem sido realizado pelo atual Diretor do Museu Nogueira da Silva, o curador Dr. António Gonçalves. Assumiu que o entendimento da UMinho nesta matéria se reflete na sua atuação dentro do quadro de uma rede alargada, permitindo o fortalecimento de relações com outras entidades, como por exemplo o Município de Braga, e desta forma, evitarem-se duplicações de iniciativas ou a ausência delas.

- contratação de investigadores no âmbito do concurso *FCT Tenure*:

- ✓ afirmou que o número de contratações de investigadores no âmbito do concurso *FCT Tenure* está correto (50), sendo esperada a sequência do programa e, consequentemente, a abertura de novas candidaturas às quais a UMinho candidatar-se-á.

- edifício do Castelo o Edifício:

- ✓ referiu que a Universidade está a trabalhar muito ativamente, com equipas de arquitetura e de engenharia, na preparação do projeto de intervenção para o edifício do Castelo. Este irá alocar a *UMinhoExec* da Escola de Economia e Gestão. Acrescentou que a UMinho poderá reunir um orçamento na ordem dos 5,5 milhões de euros, considerando *i)* o programa de apoio às IES que está a ser desenvolvido pela CCDRN e, também, *ii)* o exercício de captação de financiamento privado, de extrema relevância, protagonizado pela Escola de Economia e Gestão. Sublinhou que a perspetiva é que este projeto se converta numa verdadeira escola de negócios para a UMinho. Destacou, também, o papel exemplar da Escola de Economia e Gestão, designadamente do seu Presidente, Professor Luís Aguiar-Conraria, e a colaboração prestada por grupos de docentes e investigadores das Escolas de Arquitetura e de Engenharia, na preparação de estudos preliminares.

- plataformas informáticas:

- ✓ apelou que não se caísse na facilidade de juízos que podem ser sensíveis às mudanças que efetivamente estão a acontecer e que contam com a participação de Professores, de Investigadores e dos Serviços da UMinho. Garantiu que está a acontecer um efetivo processo de transformação tecnológica na UMinho, assente em três pilares: processos, ferramentas e formação.

- disponibilização de informação sobre a execução orçamental:

- ✓ tal como referido pelo Administrador, assegurou que a Reitoria está completamente disponível para o fazer, sendo partilhada regularmente com as UO. Aliás, referiu que se evoluiu de uma

base trimestral, para uma base mensal, permitindo às UO um instrumento de gestão que lhes possibilita ir afinando a sua posição relativamente àquilo que era a sua expectativa inicial.

- exequibilidade do plano de atividades:

- ✓ reafirmou que as atividades previstas no plano de atividades são exequíveis, podendo, contudo, vir a serem executadas num tempo diferente do inicialmente previsto, por razões de ordem financeira ou pela falta de recursos. Recordou que, aquando da apresentação do programa de ação para o quadriénio 2021-2025, o caracterizaram como sendo muito ambicioso e, na presente sessão, apontaram o contrário, ou seja, pouco ambicioso.

- *Barómetro*:

- ✓ lembrou que o projeto *Barómetro* partiu de uma iniciativa do Conselho Geral, assumindo-se como um importante instrumento de gestão e monitorização das iniciativas realizadas e com relevância para toda a comunidade académica. Corroborou que é pouco divulgado e, neste sentido, informou que solicitou ao Vice-Reitor, Professor Luís Amaral, que analisasse a possibilidade de ser localizado no quadro do *Portal da Transparência* da UMinho, atribuindo-lhe uma maior visibilidade.

- Plano estratégico a médio prazo da UMinho:

- ✓ reconhecendo a falha, manifestou a vontade de elaborar o plano estratégico, mesmo com as constantes mutações dos referenciais e dos desafios com que as universidades se confrontam na atualidade.

- Intervenções nas infraestruturas:

- ✓ mencionou que gerir uma instituição de ensino superior implica o confronto permanente entre a vontade de fazer acontecer e o que efetivamente é possível realizar. Nesta base, valorizou a existência de saldos de gerência, tal como explicado anteriormente pelo Administrador, pois permitem assegurar a concretização de um conjunto de objetivos e iniciativas, como por exemplo, a residência de Santa Luzia. Alertou que há outros projetos como o *MarUMinho* ou o *StudentHub* que se foram arrastando no tempo, não por inação dos profissionais a UMinho, mas pela falta de verba. A este propósito, salientou a elevada capacidade que a UMinho tem demonstrado na captação de financiamento no quadro de programas de natureza competitiva, como por exemplo o PRR, sendo reveladores da qualidade dos recursos humanos e dos projetos.

- Recrutamento de investigadores:

*Da.
Nuno*

- ✓ devido ao processo do PREVPAP, que o caracterizou como traumático, alertou que a UMinho tem de assumir uma posição cautelosa, sob pena de incorrer em situações que podem ser muito gravosas do ponto de vista financeiro.
- Associação de Funcionários da UMinho (AFUM):
 - ✓ reiterou que existe a disponibilidade da Reitoria para colaborar com a AFUM, mas é necessário que sejam apresentadas propostas de ação concretas, pois há muita indefinição no presente momento.
- Fórmula de distribuição da verba do Orçamento do Estado pelas UO:
 - ✓ apesar de ser uma questão amplamente discutida, acrescentou que não deverá ser feito um paralelo entre o modelo seguido pelo Governo e o modelo aplicado pela UMinho, uma vez que ambos assumiam condições distintas: com uma aplicação imediata da fórmula o Governo provocaria o colapso de algumas instituições; a UMinho, independentemente do resultado que obtivesse, tinha condições para garantir o funcionamento de todas as suas UO e dos seus projetos.

Concluído o tempo de debate, os documentos foram colocados à votação, separadamente.

O Plano de Atividades para 2025 foi aprovado por maioria, com 10 votos favoráveis dos Conselheiros Alberto Martins, Ana João Rodrigues, António Carlos Rodrigues, António Onofre, Delfina Gomes, Elisabete Matos, Helena Pereira, Isabel Soares, Luís Guedes, Nuno Cerca; um voto contra do Conselheiro Miguel Martins; e 7 abstenções dos Conselheiros Cláudia Pascoal, Joana Arantes Silva, Luís Santos, Patrícia Maciel, Tiago Miranda, Tiago Silva e Victor Soares. A Conselheira Margarida Isaías encontrava-se ausente.

O Orçamento para 2025 foi aprovado por maioria, com 9 votos favoráveis dos Conselheiros Alberto Martins, António Carlos Rodrigues, António Onofre, Delfina Gomes, Elisabete Matos, Helena Pereira, Luís Guedes, Isabel Soares e Nuno Cerca; dois votos contra dos Conselheiros Miguel Martins e Victor Soares; e 7 abstenções dos Conselheiros Ana João Rodrigues Cláudia Pascoal, Joana Arantes Silva, Luís Santos, Patrícia Maciel, Tiago Miranda e Tiago Silva. A Conselheira Margarida Isaías encontrava-se ausente.

O Conselheiro Victor Soares mencionou que elaborará uma declaração de voto. Adiantou que a mesma incidirá sobre a aplicação da fórmula de distribuição da verba do Orçamento do Estado, refletindo na redução de 19% do orçamento atribuído ao Instituto de Educação. O Conselheiro Miguel Martins afirmou que também apresentará uma declaração de voto.

3. Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2025;

O Reitor fez breves considerações ao ponto em análise. Recordou que os Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM) têm expressão estatutária e, portanto, não está previsto o pronunciamento do Conselho Geral quanto ao seu plano de atividades e orçamento. Porém, tem sido seu entendimento, dar a conhecer ao Conselho Geral a relevância das atividades dos SASUM no cerne da UMinho e, consequentemente, fazer a apreciação que o Conselho entender sobre estes mesmos documentos. Acrescentou que os SASUM assumem um conjunto de funções relacionadas com o bem-estar da comunidade em geral, mas particularmente dos estudantes, assente em quatro dimensões fundamentais: alimentação, alojamento, desporto e saúde. Concluiu que os SASUM ultrapassaram um período complexo, correspondente aos dois anos da pandemia, estando em franca recuperação e com desafios importantes pela frente.

Seguidamente, foi conferida a palavra à Administradora dos SASUM, que apresentou os Plano de Atividades e o Orçamento para 2025. Destacou um conjunto de iniciativas que reforçam o compromisso dos SASUM com os objetivos do desenvolvimento sustentável, assentes na inovação, na eficiência operacional e na melhoria contínua dos serviços. Neste seguimento, sublinhou que os SASUM estão comprometidos em desenvolver várias iniciativas focadas na reestruturação e otimização dos processos internos; no fortalecimento e capacitação das equipas; no reforço do investimento ao nível da modernização e das infraestruturas e equipamentos; no crescente compromisso em fortalecer a comunicação e o relacionamento com a comunidade académica; no comprometimento com a inovação, a eficiência operacional e a melhoria contínua dos serviços. Seguiu-se uma apresentação detalhada dos objetivos estratégicos (OE), abaixo identificados, e dos objetivos operacionais (que perfazem um total de 26):

OE1 - Garantir a prestação de serviços de qualidade à comunidade académica criando condições para uma academia coesa e participativa;

OE2 – Promover uma cultura organizacional que incentive a proximidade, a participação e a valorização dos recursos humanos;

OE3 – Promover parcerias estratégicas, interna e externas, estabelecendo projetos comuns, que melhorem a qualidade dos serviços prestados;

OE4 – Reabilitar e modernizar infraestruturas e equipamentos;

OE5 – Promover a sustentabilidade social, económica, financeira e ambiental, com vista a uma maior eficiência dos serviços;

OE6 – Desenvolver estratégias de comunicação e divulgação eficazes para reforçar a promoção dos serviços de ação social e aumentar a sua visibilidade e impacto na comunidade académica.

Em termos de recursos e meios, mencionou que, para a execução destes objetivos, os SASUM dispõem de um orçamento de 10 079 116€; de 21 unidades alimentares, de 254 trabalhadores, de 1399 camas em residências universitárias e 3 instalações desportivas.

Apresentou, também, números detalhados sobre ao mapa de pessoal orçamentado para 2025: estão previstos 254 postos de trabalho, sendo que destes 14 postos encontram-se vagos. Quanto ao orçamento

previsional para 2025, esclareceu que o valor orçamentado apresenta uma variação de 2,32% comparativamente com o orçamento do ano transato e identificou as principais fontes de financiamento: *i)* transferência de verba do Orçamento do Estado, equivalente a cerca de três milhões e 241 mil euros; *ii)* transferência do orçamento da UMinho de cerca de 750 mil euros; *iii)* receitas próprias, resultantes da venda de bens e prestação de serviços de cerca de 6 milhões de euros. Focada neste último valor, que representa cerca de 60% do orçamento, a Administradora sublinhou a capacidade de os serviços gerarem receitas próprias, dando provas da sua sustentabilidade financeira.

Em termos de despesa, especificou que esta se divide entre:

- despesas com pessoal, de cerca de 5 milhões de euros, correspondendo a 52,9% da despesa prevista e representa um aumento de cerca de 270 mil euros, em relação a 2024, justificado pelo aumento do salário mínimo nacional, com elevada expressão no caso dos SASUM, com o SIADAP e com a valorização da antiguidade dos assistentes operacionais.

- aquisição de bens e serviços, que representa 37,59% da despesa equivalente a 3 milhões e 788 mil euros e uma variação negativa de 12,23% comparativamente com o ano de 2024, traduzindo o esforço bem conseguido dos SASUM no controlo e redução das despesas operacionais;

- aquisição de bens de capital, estando prevista uma dotação de 529 mil euros, o que representa um aumento de 368 mil euros em relação ao ano de 2024. Estes valores refletem a preocupação existente para melhorar as infraestruturas (conservação e reparação do edificado) e substituir os equipamentos, essencialmente na área alimentar, melhorando a sua eficiência e redução de gastos.

Concluída a apresentação, foi aberto o espaço para um breve debate, onde foram colocadas várias questões.

O Conselheiro Tiago Silva solicitou esclarecimentos adicionais quanto: *i)* às implicações nos serviços prestados pelos SASUM, dada a redução de cerca de meio milhão de euros, de 2024 para 2025, na rubrica de aquisições de bens e serviços; *ii)* em termos concretos, de que modo a aquisição de bens de capital proporcionará o melhoramento das infraestruturas; *iii)* relativamente à subvenção da UMinho que passou de 250 mil euros para 750 mil euros, quais as ações que podem ser, desde já, identificadas no âmbito desta atribuição.

A Conselheira Helena Pereira, começou por valorizar o papel dos SASUM enquanto elevador social, permitindo que muitos estudantes consigam prosseguir os seus estudos. Incitou à reflexão sobre o facto do trabalho desenvolvido pelos SASUM ser de elevada importância, mas serem pagos salários tão baixos aos seus trabalhadores, sendo este um reflexo das desigualdades e do quanto os salários são desadequados.

O Conselheiro Miguel Martins, compreendendo as limitações dos SASUM, constatou que a qualidade dos serviços prestados tem piorado sucessivamente, identificando como causas possíveis o esforço para baixar custos,

o número insuficiente de trabalhadores nos bares e cantinas e os equipamentos obsoletos. Questionou se este cenário poderia ser diferente caso a Reitoria aumentasse o valor da subvenção.

O Conselheiro Victor Soares centrou a sua intervenção na valorização do esforço dos trabalhadores dos SASUM que, em número manifestamente insuficiente e com uma média de idade à volta dos 50 anos, dão o máximo de si. Tendo saído 35 trabalhadores deste 2020, apelou que se apostasse na contratação de novos profissionais e, tanto quanto possível, elevar o nível salarial destes. Alertou também para a necessidade premente de regularizar os vencimentos dos trabalhadores que na prática exercem funções correspondentes à categoria de encarregado operacional, mas não recebem o equivalente às suas responsabilidades efetivas. Concluiu a sua intervenção com uma palavra de apreço e elogio a todos os que trabalham nos SASUM pelo trabalho e empenho prestados.

O Conselheiro Tiago Miranda manifestou-se surpreendido perante o facto de dois terços dos trabalhadores dos SASUM auferirem o salário mínimo, sendo este um aspeto merecedor de reflexão. Sinalizou algumas questões mais direccionadas para a área da alimentação, decorrentes de uma reunião promovida por um grupo de trabalho do Conselho de Escola da Escola de Engenharia: *i)* foram partilhadas algumas reclamações quanto à diminuição da qualidade dos serviços alimentares dos SASUM e, portanto, questionou se os serviços têm conhecimento destas e, em caso afirmativo, qual o plano previsto para as tentar solucionar; *ii)* foi manifestada também a discordância quanto à eliminação da *Rampa B*, na cantina de Azurém, e questionou qual a justificação para terminar com esta opção; *iii)* por fim, questionou se existe a intenção de ser construído um Restaurante Universitário no *campus* de Azurém, à semelhança do Restaurante Panorâmico, em Gualtar.

O Conselheiro Luís Guedes valorizou o reforço do financiamento dado aos SASUM por parte da UMinho. Durante a sua intervenção, focou-se em três áreas principais:

- ✓ o desporto: manifestou a intenção da Associação Académica da UMinho, juntamente com os SASUM, voltarem a organizar a competição “O Troféu do Reitor” como incentivo à prática do desporto informal. Para levar este objetivo a bom porto, assim como organizar outros campeonatos nacionais e europeus, será fundamental requalificar o complexo desportivo de Gualtar e Azurém. Manifestou o seu orgulho pela performance desportiva das equipas AAUMinho/UMinho que, nas várias modalidades do desporto universitário, num total de 28 jogos, apuraram 27 vitórias e um empate.
- ✓ residências universitárias: questionou quanto ao ponto de situação de duas das medidas elencadas no plano de atividades, nomeadamente “substituir e modernizar, de forma gradual, o mobiliário e equipamento das residências universitárias” e “elaborar os projetos de requalificação das residências universitárias”;
- ✓ alimentação: interrogou sobre as razões que justificam o encerramento do bar da residência de Azurém.

- *Rampa B*: os SASUM optaram por esta alteração após terem recebido várias reclamações, por parte dos estudantes, dando conta da existência de longas filas durante a hora de almoço, sendo obrigados a desistir da refeição ou a fazê-la num curto espaço de tempo.

- Restaurante Universitário em Guimarães: informou que não está prevista a construção de um restaurante equivalente ao Panorâmico do *campus* de Gualtar, embora, esteja prevista a abertura de uma *pizzaria*.

- Reabilitação das residências: comunicou que os SASUM têm efetuado intervenções pontuais, mediante a sua viabilidade financeira, tendo destacado a requalificação de 20 quartos e a compra de 600 colchões. Garantiu que estão atentos a programas de financiamento externo para submeterem candidaturas.

- eliminação do bar da residência de Azurém: esclareceu que esta medida respondeu a uma reivindicação dos estudantes e, ouvida a comissão de residentes de Azurém, este espaço foi convertido numa cozinha e num espaço de convívio.

O Reitor, em jeito de conclusão, lembrou que os estudantes são o foco dos SASUM, sendo a sua função primeira criar condições favoráveis para que consigam seguir percursos académicos e de vida bem-sucedidos. Quanto aos trabalhadores que operam nos SASUM, garantiu que são conhecidas as suas especificidades e existe a preocupação para melhorar os equipamentos com que trabalham, contudo deixou claro que não existem condições de trabalho inaceitáveis na UMinho. Partilhou, ainda, que a UMinho conhece as dificuldades financeiras dos SASUM e, como tal, as intervenções nas residências e nos equipamentos desportivos não podem depender unicamente da mobilização de recursos próprios dos SASUM. Neste seguimento, a UMinho acionou duas medidas: reforçou significativamente o apoio aos SASUM, através do aumento da subvenção, e definiu, na sua articulação com a Associação Académica a fixação de uma subvenção que se destina fundamentalmente às atividades de cultura e desporto. Concluiu que a gestão da Universidade tem de balizar prioridades de acordo com os recursos financeiros de que dispõe e com as opções estratégicas definidas; os problemas não se resolvem com mais dinheiro e com mais pessoas, disse.

A Conselheira Joana Arantes Silva ausentou-se pelas 16h.

As propostas de Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho para 2025 foram colocadas à apreciação do Conselho, tendo sido apreciadas favoravelmente, por maioria, com 13 votos positivos dos/as Conselheiros/as Alberto Martins, Ana João Rodrigues, António Onofre, Cláudia Pascoal, Delfina Gomes, Elisabete Matos, Helena Pereira, Isabel Soares, Luís Guedes, Nuno Cerca, Tiago Miranda, Tiago Silva e Victor Soares e um voto contra do Conselheiro Miguel Martins. O Conselheiro Miguel Martins afirmou que entregará uma declaração de voto sobre esta matéria.

4. Criação de subunidade orgânica de investigação: Centro de Investigação em Gestão, Mercados e Sociedade/Center for Research In 'Business, Markets & Society da Escola de Economia e Gestão

Conferida a palavra ao Reitor, fez uma breve contextualização da proposta, apresentada pela Escola de Economia e Gestão, que mereceu parecer favorável, por unanimidade, do Senado Académico da Universidade do Minho. O Reitor expressou, ainda, com base nos fundamentos justificativos para a criação do Centro de

Dr.
Nora

Investigação em Gestão, Mercados e Sociedade, que não resulta unicamente da junção de um grupo de investigadores, mas reforçou que foram definidos objetivos diferentes, trazendo para esta unidade de investigação elementos que não estavam associados às duas unidades existentes, até então, na Escola. Por este motivo, mostrou a sua convicção de que esta nova subunidade orgânica será uma boa solução para a Escola de Economia e Gestão.

Após um breve debate sobre o presente ponto, foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade (14 votos favoráveis) a criação da subunidade orgânica de investigação: Centro de Investigação em Gestão, Mercados e Sociedade/ *Center for Research In 'Business, Markets & Society* da Escola de Economia e Gestão.

5. Alteração da designação da Escola de Economia e Gestão para Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

O Reitor explicou as razões justificativas do pedido apresentado pela Escola de Economia e Gestão para incluir a expressão “Ciência Política” na sua designação. Estas prendem-se, essencialmente, com a existência de um grupo de docentes e investigadores que trabalha as questões de ciência política com uma expressão bastante significativa. Acrescentou que este grupo integra a Unidade de Investigação que recorrentemente tem obtido a classificação de Excelente nas avaliações externas e, portanto, há a intenção de materializar tal visibilidade, em linha com o que se tem verificado, também, em outros exemplos de algumas instituições internacionais de referência.

Não tendo sido registados pedidos de intervenção, a alteração da designação a Escola de Economia e Gestão para Escola de Economia, Gestão e Ciência Política foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

6. Acordo relativo à delimitação e vedação da zona norte do *Campus* de Azurém

O Reitor esclareceu que este ponto sustenta uma proposta por si apresentada ao Conselho de Gestão da UMinho e efetuou uma sistematização cronológica deste dossiê para melhor contextualização do que é proposto. Recordou que no início do ano de 2020 o Conselho Geral deliberou aprovar a cedência ao domínio público de uma parcela do *campus* de Azurém, de cerca de 267m². A razão para esta cedência prendia-se com a necessidade de responder a um pedido da Câmara Municipal de Guimarães, no sentido de facilitar uma determinada intervenção urbanística, explicou. Passados quatro anos, informou que não foi celebrado qualquer acordo com a Câmara de Guimarães, mas a UMinho mantém a vontade de definir os limites do *campus* de Azurém de forma definitiva. Por conseguinte, comunicou que foi perguntado ao município se mantinha o interesse na cedência de tal parcela, tendo sido dada uma resposta positiva, ou seja, mantinha o interesse em salvaguardar aquele terreno

para o desenvolvimento de uma solução urbanística que estava a ser pensada para aquele local. Os proprietários das áreas limítrofes foram contactados e chegou-se a um acordo que, do ponto de vista do Conselho de Gestão, revelou-se vantajoso para a UMinho. Elucidou que a parcela não será cedida ao domínio público, pois far-se-á uma revisão dos limites do *campus*, considerando para esse efeito a disponibilidade dos proprietários dos terrenos limítrofes, mantendo a UMinho a mesma área. Acrescentou que existe, da parte dos proprietários, a disponibilidade de suportarem a delimitação do próprio *campus*. Concluiu que com esta proposta, a UMinho garante a segurança jurídica, cessando qualquer tipo de reivindicação dadas as indefinições acerca dos limites norte do *campus*, assim como qualquer discussão em torno desta matéria, passando a área a estar vedada e integrada numa área que é urbanisticamente valorizada.

Sem qualquer intervenção a registar por parte dos membros do Conselho, a proposta de acordo de definição dos limites do *Campus* de Azurém e, neste seguimento, a revogação da Deliberação do Conselho Geral n.º 9/2020, de 27 de janeiro de 2020, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria com os votos positivos dos/as Conselheiros/as Alberto Martins, Ana João Rodrigues, António Onofre, Cláudia Pascoal, Delfina Gomes, Elisabete Matos, Helena Pereira, Isabel Soares, Luís Guedes, Nuno Cerca, Tiago Miranda, Tiago Silva e Victor Soares. Registou-se a abstenção do Conselheiro Miguel Martins.

A Conselheira Helena Pereira ausentou-se pelas 16h47.

7. Guimarães Space Hub

O Reitor fez um breve enquadramento sobre a importância das áreas científicas e de formação relacionadas com o Espaço no quadro da estratégia da UMinho, assim como no desenvolvimento de projetos, essencialmente entre a Escola de Engenharia em articulação com entidades nacionais e internacionais. Acrescentou que a UMinho tem contado com a colaboração da Câmara Municipal de Guimarães na procura de condições de natureza infraestrutural que permitam suportar o desenvolvimento desta atividade. Explicou que esta associação estará vocacionada para a promoção de atividades de investigação e desenvolvimento, para o apoio à formação superior nesta área e para a valorização da tecnologia. Por fim, concluiu que esta proposta é apoiada pela Escola de Engenharia da UMinho, foi apreciada juridicamente, e garante a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira.

A proposta foi, imediatamente, colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com 11 votos favoráveis dos/as Conselheiros/as Alberto Martins, Ana João Rodrigues, António Onofre, Cláudia Pascoal, Delfina Gomes, Elisabete Matos, Isabel Soares, Luís Guedes, Tiago Miranda, Tiago Silva e Victor Soares. Os Conselheiros Miguel Martins e Nuno Cerca abstiveram-se. O Conselheiro Nuno Cerca afirmou não ter recebido a documentação atempadamente.



8. Calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2025;

Apresentada a proposta de calendarização das reuniões do plenário do Conselho Geral a realizar em 2025 e sem registo de intervenções, esta foi aprovada, por unanimidade, com a ressalva que poderá sofrer alterações ao longo do próximo ano.

9. Delegação de competências no Presidente do CGeral, nos termos do n.º 7 do artigo 29.º dos Estatutos da UMinho;

No presente ponto, não se verificaram inscrições para intervenção, tendo o Presidente colocado à votação a delegação da competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho no Presidente do Conselho Geral, tendo sido aprovada por unanimidade.

10. Informação sobre o processo de alteração dos Estatutos da Universidade do Minho;

Relativamente à revisão dos Estatutos da Universidade do Minho, o Presidente recordou que o Conselho, na última sessão plenária, superou uma dificuldade estatutária relativamente ao início do processo de alteração que só tem efeitos válidos com a votação expressa de dois terços dos membros em efetividade de funções. Como até então não tinha sido cumprida esta formalidade legal, os atos entretanto realizados são considerados nulos. Porém, elucidou que ao abrigo do artigo 162.º do código de procedimento e processo administrativos, existe “a possibilidade de atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto decorrentes de atos nulos, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo”.

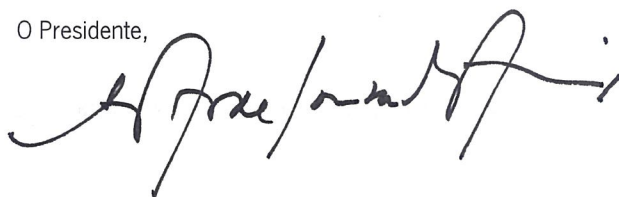
Perante este cenário, todo o articulado terá de ser votado novamente, artigo a artigo, e serão aprovadas as alterações votadas por uma maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções, ou seja, 16 votos favoráveis. Assim, foi proposto o agendamento de uma reunião extraordinária para o dia 10 de janeiro de 2025 e ficou acordado que os Conselheiros serão auscultados quanto à disponibilidade para reunir nesta data.

11. Informações do Reitor da Universidade do Minho.

Por fim, na sequência de pedidos de informação ao Reitor, foram prestados esclarecimentos sobre a segurança nas imediações do *Campus* de Gualtar, o regulamento dos parques de estacionamento, o horário das Bibliotecas da UMinho e as candidaturas ao concurso CEEC Individual financiado pela FCT.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu os contributos dados durante a reunião e declarou terminado a reunião às 17h45, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho.

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. P. de M. A.', written in a cursive style.

O Secretário,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Nuno Miguel Azeiteiro', written in a cursive style.

Gu.
Nlecc

Anexo I

Folha de presenças



Universidade do Minho

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 8/2024

13 de dezembro de 2024

Membro	Rubrica
Alberto de Sousa Martins	
Ana João Gomes Rodrigues	
António Carlos Fernandes Rodrigues	
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Helena Mendes Pereira	
Isabel Maria Costa Soares	
João Ricardo Silva Sá Paiva Maré	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luis Antonio Martins Santos	
Luis Miguel de Lima Guedes	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Marganda Isalás Ferreira dos Santos	
Maria Claudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Elisabete da Silva Duarte Matos	
Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins	
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patricia Espinheira Sá Maciel	
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quateiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	